

ANÁLISE DOS CASOS DE ESTUPRO NO ESTADO DO TOCANTINS ENTRE 2015 A 2018

Congresso Online Brasileiro de Medicina, 1ª edição, de 22/03/2021 a 24/03/2021

ISBN dos Anais: 978-65-86861-87-7

BARBOSA; Gabriel de Paiva Marques¹, DAMASCENO; Bárbara de Pinho Prisco², PEREIRA; Maria Gorete³

RESUMO

Introdução: O conceito jurídico de estupro é o constrangimento infligido a alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que ele pratique outro ato libidinoso. Esta violência pode gerar danos de ordem física e psicológica, para além da vítima, envolvendo familiares e amigos, relacionados a gravidez indesejada, o trauma e as doenças sexualmente transmissíveis. Apesar das campanhas de estímulo a denúncia, o estupro ainda é um agravo subnotificado. Objetivo: Descrever o perfil das vítimas de estupro no estado do Tocantins no período de 2015 a 2018. Métodos: Trata-se de um estudo epidemiológico realizado com informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, disponíveis online pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde e tabelados conforme as variáveis escolhidas. Resultados/ Discussão: Os dados demonstraram que a maioria das vítimas são crianças (31%) e adolescentes (53%) do sexo feminino (91,7%). O estupro ocorre principalmente nas residências (71,7%) de forma recorrente (47%), cometidos por pessoas que são amigas ou conhecidas das vítimas (28%). Associado a violência sexual, 32% relataram terem sido espancadas e 26%, sofrido ameaças. Os demais estudos semelhantes concordam que a maioria das vítimas são crianças e adolescentes do sexo feminino. Uma delas, com dados de 2009 a 2018 conclui que as vítimas do sexo feminino (89,1%), tinham, em geral, a faixa etária de 10 a 14 anos. Em contrapartida, nas vítimas do sexo masculino a maior parte tinha entre 5 e 9 anos (39,64%). Apenas uma pesquisa divergiu quanto a maioria dos agressores serem próximos das vítimas: realizada em 2006-2007 no Brasil, observou que entre os homens, a maioria das violências sexuais foi praticada por amigos-conhecidos (34%), porém as mulheres foram mais violentadas por desconhecidos (32%). Em uma outra análise, ressaltou-se um número de denúncias igual ou menor a metade das notificações em atendimentos de saúde de pacientes vítimas de estupro, confirmando a ideia do medo do agressor ou a descrença na justiça. Apesar disso, há um crescimento anual das notificações, o que demonstra o sucesso das campanhas governamentais. Conclusão: Apesar de o Brasil possuir uma das legislações mais avançadas na área de assistência a população infantil, através do Estatuto da Criança e do Adolescentes, ainda há muito o que melhorar para alcançar uma proteção efetiva no que tange os casos de estupro. Além disso, para estimular a busca por atendimento médico e as denúncias, é necessário adequar as unidades de saúde para atendimento específicos, estabelecer um fluxo de atendimento de forma estruturada e

¹ Universidade Tocantinense Presidente Antônio Carlos - UNITPAC, gabrielgpmb10@gmail.com

² Universidade Tocantinense Presidente Antônio Carlos - UNITPAC, barbaraprisco@hotmail.com

³ Universidade Tocantinense Presidente Antônio Carlos - UNITPAC, goretaped@hotmail.com

contínua, capacitar os funcionários para reconhecer situações suspeitas e disponibilizar o acesso a psicólogas e profissionais necessário de forma respeitosa e ágil. Dentre essas medidas, a prevenção é principal forma de enfrentamento, principalmente, na instrução dos responsáveis e dos infantes em reconhecer situações de perigo e como agir diante das mesmas.

PALAVRAS-CHAVE: Estupro, Epidemiologia, Tocantins